

Concurso Público N.º 03/CLPQ/AT/2025  
**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICAÇÃO DE  
ANÚNCIO NO JOUE**

---

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Autoridade Tributária e Aduaneira**

---

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRINTING E FINISHING, PARA O CENTRO DE  
PROCESSAMENTO DE DADOS DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Conteúdo

<b>CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO</b> .....	4
<b>Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso</b> .....	4
<b>Artigo 2.º - Entidade adjudicante</b> .....	4
<b>Artigo 3.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento</b> .....	4
<b>Artigo 4.º Órgão Competente para a Decisão de contratar</b> .....	5
<b>Artigo 5.º - Fundamento do procedimento</b> .....	5
<b>Artigo 6.º - Consulta preliminar ao mercado</b> .....	6
<b>Artigo 7.º Preço-base</b> .....	6
<b>Artigo 8.º Esclarecimentos retificações e alterações das peças do concurso</b> .....	6
<b>CAPÍTULO II – Fase de Candidaturas</b> .....	6
<b>Artigo 9.º Modelo de qualificação dos candidatos</b> .....	6
<b>Artigo 10.º Requisitos mínimos de capacidade técnica</b> .....	7
<b>Artigo 11.º Requisitos de capacidade Financeira</b> .....	7
<b>Artigo 12.º Documentos destinados à qualificação dos candidatos</b> .....	7
<b>Artigo 13.º Documentos da Candidatura</b> .....	8
<b>Artigo 14.º Modo e Prazo Documentos da candidatura</b> .....	8
<b>Artigo 15.º Análise das candidaturas</b> .....	8
<b>Artigo 16.º Relatório Preliminar da fase de Qualificação</b> .....	8
<b>Artigo 17.º Audiência Prévia</b> .....	9
<b>Artigo 18.º Relatório final da Fase de Qualificação</b> .....	9
<b>Artigo 19.º Notificação da Decisão de Qualificação e envio de convite</b> .....	9
<b>CAPÍTULO II – PROPOSTA E AVALIAÇÃO</b> .....	9
<b>Artigo 20.º Propostas Variantes</b> .....	9
<b>Artigo 21.º Leilão eletrónico</b> .....	9
<b>Artigo 22.º Concorrentes</b> .....	9
<b>Artigo 23.º Agrupamentos</b> .....	10
<b>Artigo 24.º Modo e Prazo da Apresentação da Proposta</b> .....	10
<b>Artigo 25.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas</b> .....	11
<b>Artigo 26.º Propostas variantes</b> .....	11

<b>Artigo 27.º Documentos que instruem a proposta .....</b>	<b>11</b>
<b>Artigo 28.º--- Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes .....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 29.º Critério de adjudicação e desempate de Propostas .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO.....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 30.º Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final de análise de propostas .....</b>	<b>14</b>
<b>Artigo 31.º - Notificação da decisão de adjudicação .....</b>	<b>15</b>
<b>Artigo 32.º - Documentos de habilitação.....</b>	<b>15</b>
<b>Artigo 33.º - Caução.....</b>	<b>17</b>
<b>Artigo 34.º Minuta e Outorga do contrato .....</b>	<b>17</b>
<b>Artigo 35.º - Não outorga do contrato .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 36.º - Despesas e Encargos do Candidato ou Concorrente.....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 37.º - Legislação aplicável.....</b>	<b>18</b>
<b>Anexo I- Consulta preliminar .....</b>	<b>19</b>

## **CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

### **Artigo 1.º- Identificação e objeto do concurso**

1. O presente procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação no JOUE, aquisição de serviços de Printing e Finishing, para o Centro de Processamento de Dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para o período que decorre de 1 de abril de 2025 até 31 de março de 2026, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) de acordo com as condições estabelecidas no caderno de encargos do presente concurso, que segue o disposto nos artigos 130.º e seguintes do CCP.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 79820000-8 Serviços relacionados com a impressão, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

### **Artigo 2.º- Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é o Estado Português, através da Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças, adiante designada por AT, com o NIF 600084779, sita na Rua da Prata, n.º 20 e 22 – 1149-027 Lisboa.

### **Artigo 3.º- Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. Nos termos do disposto no artigo 133.º do CCP as peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação da *VORTALGOV*, no seguinte endereço eletrónico: <https://community.vortal.biz/Public/?currentLanguage=pt>, desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
2. O Programa do concurso e o Caderno de Encargos são disponibilizados igualmente em suporte eletrónico pela AT, no site [https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/concursos\\_publicos/Paginas/concursos\\_publicos.aspx](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/concursos_publicos/Paginas/concursos_publicos.aspx), desde a data da publicação do Anúncio no Diário da República até à data limite de apresentação das propostas.
3. A participação no concurso depende de prévia inscrição, na plataforma eletrónica de contratação definida no número anterior.

4. A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso, sendo assegurados todos os contactos e todas as formalidades respeitantes ao presente concurso junto da referida plataforma, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
5. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
6. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma VORTALGOV apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

#### **Artigo 4.º Órgão Competente para a Decisão de contratar**

1. A decisão de contratar foi tomada por despacho da Sra. Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros, Maria Judite Gamboa, no dia 17 de Março de 2025, no uso de competência subdelegada, nos termos do Despacho n.º 13038/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 2.ª série, de 214, de 5 de novembro de 2024, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e com a alínea C) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do artigo 38.º do CCP.
2. Para os efeitos do n.º 3 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, conjugado com o n.º 2.10 do Despacho n.º 9604/2024, de 2 de agosto da SEAF, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 161, de 21 de agosto de 2024, foi proferido o despacho de autorização da assunção de compromissos plurianuais pela Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

#### **Artigo 5.º- Fundamento do procedimento**

A escolha do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação, com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia, al. a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

### **Artigo 6.º - Consulta preliminar ao mercado**

A definição do preço base teve como referência os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, ao abrigo do n.º 1 do art.º 35-A e do n.º 3 do art.º 47.º do CCP, que se junta em anexo.

### **Artigo 7.º Preço-base**

1. O preço base para a aquisição é de 184.626,78 € (cento e oitenta e um e seiscentos e quatro euros com setenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo fornecimento dos bens e serviços e limita o preço contratual no período máximo de vigência do contrato.

### **Artigo 8.º Esclarecimentos retificações e alterações das peças do concurso**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas ou propostas, consoante o caso, na plataforma eletrónica identificada no n.º 1 do artigo 3.º.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados.
3. A apresentação da lista na qual se identifiquem expressa e inequivocamente os erros e as omissões das peças do procedimento detetados devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve:
  - a) Prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) Pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica identificada no n.º 1 do artigo 3.º.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos dentro do prazo.

## **CAPÍTULO II – Fase de Candidaturas**

### **Artigo 9.º Modelo de qualificação dos candidatos**

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, referido no artigo 179º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que cumpram os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, cumulativamente.

#### **Artigo 10.º Requisitos mínimos de capacidade técnica**

1. Os candidatos devem preencher os seguintes **requisitos mínimos de capacidade técnica**, cumulativamente:
  - a) Certificação ISO 9001;
  - b) Certificação ISO 27001;
2. Para efeitos de aferição da capacidade técnica, não é permitido o recurso a terceiros. Neste sentido, os requisitos inerentes à avaliação da capacidade técnica deverá ser preenchidos única e exclusivamente pelo candidato.

#### **Artigo 11.º Requisitos de capacidade Financeira**

1. Para efeitos de aferição da capacidade financeira considera-se que cumpre os requisitos mínimos o candidato que apresentar um valor médio do volume de negócios relativos aos últimos 3 exercícios concluídos (campo A 5001 da IES – Informação Empresarial Simplificada) no mínimo igual ou superior a metade do preço base do procedimento, indicado no n.º 1 da cláusula 6.ª do caderno de encargos.
2. Nos termos do n.º 3 do artigo 179.º do CCP os candidatos podem apresentar uma declaração bancária de acordo com o modelo constante do anexo VI ao CCP, ou no caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.
3. Para efeitos de aferição da capacidade financeira, não é permitido o recurso a terceiros. Neste sentido, os requisitos inerentes à avaliação da capacidade financeira deverão ser preenchidos única e exclusivamente pelo candidato.

#### **Artigo 12.º Documentos destinados à qualificação dos candidatos**

1. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos redigidos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 169.º CCP.

### **Artigo 13.º Documentos da Candidatura**

1. A candidatura é constituída pelos documentos referidos nos artigos 10.º e 11.º do presente programa de procedimento e pelo DEUCP- Documento Europeu único de contratação, assinada por quem tenha poderes para obrigar o candidato e pela declaração do candidato elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo V do CCP.
2. No caso de o candidato ser um agrupamento, considera-se que preenche os requisitos de capacidade técnica e de capacidade financeira, desde que relativamente a cada requisito, algum dos membros que o integram o preencha individualmente.
3. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, o documento único de contratação pública- DEUCP deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à candidatura os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

### **Artigo 14.º Modo e Prazo Documentos da candidatura**

1. A apresentação da candidatura deverá ser realizada de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
  - a) Data limite de entrega: até às 17H00, do 15.º (trinta) dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação em Diário da República, conforme n.2 do artigo 174.º do CCP;
  - b) Prazo validade das candidaturas: 90 dias
  - c) A entrega das candidaturas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do <https://community.vortal.biz/Public/?currentLanguage=pt>
2. A candidatura deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.
3. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos na língua portuguesa.

### **Artigo 15.º Análise das candidaturas**

1. O júri do concurso analisa as candidaturas para efeitos de qualificação dos candidatos.
2. A capacidade técnica e financeira dos candidatos é comprovada pela análise dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos.

### **Artigo 16.º Relatório Preliminar da fase de Qualificação**

1. Após a análise das candidaturas o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a qualificação dos candidatos.

2. No relatório preliminar o júri deve propor a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 184.º do CCP

#### **Artigo 17.º Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que, querendo, se pronunciem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Artigo 18.º Relatório final da Fase de Qualificação**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do artigo 186.º do CCP.

#### **Artigo 19.º Notificação da Decisão de Qualificação e envio de convite**

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação e notifica-a aos candidatos no prazo máximo de 90 dias após o termo do prazo para a apresentação das candidaturas e concede um prazo de 5 dias úteis para apresentação dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos da capacidade técnica e financeira exigidos neste programa de concurso, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 187.º.
2. Cumprido o disposto no artigo 187.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada, enviando aos candidatos eventualmente qualificados, em simultâneo, o convite para apresentação de proposta nos termos do artigo 189.º do CCP.
3. A proposta deve ser submetida através da plataforma de contratação supra identificada, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, até às 17H00, do 10º dia, a contar do dia subsequente ao envio do convite, conforme referido no n.º 5 do artigo 191º do CCP.

### **CAPÍTULO II – PROPOSTA E AVALIAÇÃO**

#### **Artigo 20.º Propostas Variantes**

Não são admitidas propostas com variantes, nem propostas com condições divergentes das expressas no programa de concurso

#### **Artigo 21.º Leilão eletrónico**

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

#### **Artigo 22.º Concorrentes**

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Artigo 23.º Agrupamentos**

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07.

#### **Artigo 24.º Modo e Prazo da Apresentação da Proposta**

1. A apresentação da proposta deverá ser realizada de forma eletrónica até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento devendo cumprir com o disposto do n.º 1 do artigo 3.º conjugado com as alíneas seguintes:
  - a) Data limite de entrega: até às 17H00, do 10.º dia a contar da data do envio do convite, nos termos dos n.ºs 5 do artigo 191.º do CCP.
  - b) A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08.
2. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos na língua portuguesa.
3. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.

4. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP.
6. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

#### **Artigo 25.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 65.º do CCP.

#### **Artigo 26.º Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

#### **Artigo 27.º Documentos que instruem a proposta**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à Entidade Adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, sendo os documentos que a constituem obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e devem ser assinados eletronicamente, pelo concorrente ou seus representantes legais.
2. A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - a) DEUCP Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP;
  - b) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;

- c) Documentos que contenham os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, devendo a proposta contratual, obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP;
  - d) Documentos dos recursos afetos à prestação dos serviços pretendida, tais como, currículos vitae com a indicação das respetivas habilitações literárias, experiência nas funções e ferramentas e documentos comprovativos das certificações exigidas, que comprovem o preenchimento dos requisitos previstos no n.º 6 do artigo 27.º do Caderno de encargos.
  - e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP;
3. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável, em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso, cumprido o disposto no artigo 60.º do CCP.
4. Da proposta do concorrente deverá constar:
- a) O preço total da proposta
  - b) Preço hora execução de Turno 1 e Turno 2 de Printing.
  - c) Preço hora execução de Turno 3 de Printing.
  - d) Preço hora execução de Turno 4 de Printing
  - e) Preço hora execução de Turno 1 e Turno 2 de Finishing.
  - f) Preço hora execução de Turno 3 de Finishing
  - g) Preço hora execução de Turno 4 de Finishing
  - h) A constituição e identificação do(s) elemento(s) da equipa a alocar à prestação dos serviços com indicação dos anos de experiência nas operações a realizar;
  - i) Descrição detalhada da solução a fornecer, descrevendo todas as suas componentes e especificações técnicas;
  - j) Descrição de todos os serviços e respetivos prazos de entrega e de implementação;
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP.

**Artigo 28.º-- Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes**

1. O Júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
3. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo do concurso, devendo todos os concorrentes ser notificados dos mesmos.

**Artigo 29.º Critério de adjudicação e desempate de Propostas**

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente, na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, densificados pelos seguintes fatores:

Fatores	Coefficiente de Ponderação
Preço total da proposta (PT)	70%
Senioridade da equipa (SE)	30%

2. Preço total da proposta (PT):

- a) Este fator visa avaliar o preço total da proposta apresentada pelo concorrente.
- b) A pontuação do fator (PT) será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = \left[ 1 - \frac{PP}{PB} \right] \times 100$$

Em que:

**PP** = preço total da proposta apresentada;

**PB** = preço base;

Na eventual necessidade de empreender arredondamentos, estes serão efetuados à unidade superior correspondente.

3. Senioridade da equipa (SE).

- a) Este fator valoriza o nível de senioridade da equipa proposta, composta no mínimo por 5 recursos (SE), o identificado factor será mensurado conforme a seguinte tabela:

Valoração senioridade	
anos	Pontos
= 2 anos	0 pontos
>2 anos e ≤ 8 anos	50 pontos
> 8 anos	100 pontos

- b) Em que na proposta deve ser referido os anos de experiência dos recursos.
- SE - Anos de experiência (somatório) dos recursos com Certificação (mínimo de 3 recursos)
- c) A pontuação de cada subfactor será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$SE(1)(2) = (Vx+Vy...)/n$$

Em que:

Vx,Vy = Valoração atribuída à experiência de cada recurso;

n = Número dos recursos;

4. A proposta será pontuada de 0 a 100 pontos de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = PT \times 70\% + SE \times 30\%.$$

Em que:

CF é a pontuação final atribuída à proposta;

PT é a pontuação do fator preço da proposta;

5. A pontuação será arredondada à segunda casa decimal, sendo as propostas ordenadas pela ordem decrescente da sua classificação.
6. Para efeitos do disposto no número anterior, será adjudicada a proposta, considerada válida, que apresentar o menor preço total.

## CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

### Artigo 30.º Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final de análise de propostas

1. Após análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentalmente, um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri, fundamentadamente, propõe a exclusão das propostas, designadamente, por verificação de qualquer das situações elencadas nos artigos 70.º e 146.º do CCP.
3. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Decorrido o prazo previsto no número anterior, o júri elabora um relatório final, fundamentado no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia.
6. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas constantes do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

#### **Artigo 31.º - Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é comunicada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas e minuta de contrato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 77º.
3. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

#### **Artigo 32.º - Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma através da plataforma eletrónica, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no número 14 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.

3. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, juntar a certidão comercial atualizada e caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
9. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
10. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 3 (três) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
11. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica referida n.º 1 do artigo 3.º.
12. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.

13. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
14. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
15. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1. Para esse efeito, informa-se que a AT é detentora do NIPC n.º 600084779, podendo com esse número o cocontratante formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal.
16. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, na sua atual redação, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, de acordo com o n.º 10 do art.º 81.º do CCP.

### **Artigo 33.º- Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

### **Artigo 34.º Minuta e Outorga do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos três dias subseqüentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a posição de assinaturas eletrónicas.
4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.

5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

#### **Artigo 35.º- Não outorga do contrato**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP e no artigo 31.º do presente Programa de Concurso.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último fornecedor selecionado.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

### **CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 36.º- Despesas e Encargos do Candidato ou Concorrente**

Constituem encargos do candidato ou do concorrente as despesas inerentes à elaboração da candidatura ou da proposta, bem como das obrigações emergentes do contrato.

#### **Artigo 37.º- Legislação aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual e respetiva legislação regulamentar.

## Anexo I- Consulta preliminar

[Redacted]  
**De:** [Redacted]  
**Enviado:** [Redacted]  
**Para:** [Redacted]  
**Assunto:** FW: Esclarecimento sobre incremento de contrato a materializar após Abril 2025?

Para incluir posteriormente nos Anexos da Informação.

**De:** [Redacted]  
**Enviada:** [Redacted]  
**Assunto:** RE: Esclarecimento sobre incremento de contrato a materializar após Abril 2025?

**Esta mensagem é de um remetente externo**

Esta mensagem veio de fora da sua organização. Por favor evite clicar em links ou descarregar anexos se o remetente ou o teor da mensagem forem desconhecidos ou suspeitos.

Bom dia [Redacted]  
Aceite os meus cumprimentos

Após uma análise ao processo interno, a gestão do mesmo indico-me a existência de alguma necessidades, nomeadamente a alteração dos processos de impressão que impactou diretamente na produtividade da equipa, com a troca do papel em bobina de 60 000 impressões para caixas de 1 000 impressões, já os trabalhos que eram antes realizados em 1 dia passaram para 3 dias.  
Assim e por forma a manter os níveis de execução do contrato teremos de passar de 5 técnicos dedicados para 6.

Seguem os novos valores Hora ao qual não inclui taxa de iva:

Turnos	horas printing	horas finishing
1.º e 2.º	14,56 €	13,18 €
3.º	15,83 €	14,44 €
4.º	18,84 €	17,20 €

Alguma questão adicional fico inteiramente ao dispor.

Cumprimentos

[Redacted]  
[Redacted]



This e-mail may contain confidential and/or privileged information. If you are not the intended recipient (or have received this e-mail in error) please notify the sender immediately and destroy this e-mail. Any unauthorized copying, disclosure or distribution of the material in this e-mail is strictly strictly forbidden.

---

**From:** [REDACTED]  
**Sent:** [REDACTED]  
**To:** [REDACTED]  
**Subject:** Esclarecimento sobre incremento de contrato a materializar após Abril 2025?

Boa tarde caro Tiago :

Nos últimos anos tem sido a vossa empresa a responder aos concursos públicos de contratação de Técnicos para Operação de Impressora e Maquinas de Fecho de documentos na AT.

No último concurso em 2023 e que vigora até final de Março de 2024 a vossa empresa apresentou os seguintes preços :

<b>Turnos</b>	<b>horas printing</b>	<b>horas finishing</b>
1.º e 2.º	13,67 €	12,38 €
3.º	14,86 €	13,56 €
4.º	17,69 €	16,15 €

Encontro-me em fase de preparação de futuro concurso a lançar brevemente e para fornecimento do mesmo tipo de serviço a partir de Abril de 2025.

Uma vez que se tratam de serviços em que aparentemente alguns os técnicos usufruem vencimentos pouco acima do Ordenado mínimo Nacional, posso admitir os valores em cima referido acrescido do valor da inflação ( 6,1 % - valor do incremento de SMN para 2025 previsto)?

Caso não existam condições de fornecimento pelo valor atrás referido (acrescido do valor da inflação ), agradeço a vossa colaboração no sentido de perceber qual a vossa expectativa ao nível incremento percentual necessário para futura eventual resposta.

Com os melhores cumprimentos,

[REDACTED]



Chefe de Equipa Multidisciplinar de 2.º nível

[REDACTED]

[REDACTED]